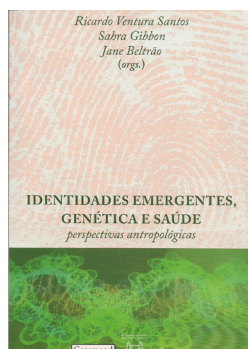


RESENHA DE LIVRO

RESENHAS
DE LIVROS



IDENTIDADES EMERGENTES, GENÉTICA E SAÚDE. PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS, organizado por Ricardo Ventura Santos, Sabra Gibbon e Jane Beltrão. Rio de Janeiro: Garamond/Fiocruz, 2012. ISBN 978-85-7617-257-4

Telma Eliane Garcia

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Antropologia, PPGA/UFPA

A coletânea de textos organizada por Santos, Gibbon e Beltrão aborda questões da biopolítica contemporânea a partir de diferentes focos de análise e perspectivas teórico-metodológicas, buscando contribuir com os debates sobre as dimensões socioculturais e políticas relacionadas à produção de conhecimento sobre coletividades humanas por meio das tecnologias genéticas. Organizada em três seções, os artigos se dedicam a analisar as múltiplas formas pelas quais a tecnociência atual influencia a moldagem do mundo social em domínios como: identificação pessoal, identidades nacionais e ações coletivas na área da saúde. Tema instigante e polêmico chega em meio ao intenso debate sobre as interferências da genética e dos geneticistas como “um poder a mais”, por força de um saber que

se consolida entre invisibilidades e “aparições” aconseladoras.

A primeira seção, composta por três artigos, com o título *Saúde, genética e sociedade: novas/velhas questões, novas / velhas configurações* inicia com o trabalho de Sandra Caponi utilizando o trajeto teórico do conceito de degeneração e sua estreita vinculação às estratégias eugênicas, na perspectiva histórica da psiquiatria. A autora identifica que, tanto os degeneracionistas, como os eugenistas, se estabelecem descrevendo estigmas físicos e morais, associando a saúde à normalidade e quaisquer desvios a processos hereditários patológicos, degenerativos ou disgênicos. Fazendo ponte com o presente, ela sinaliza que, ainda, vemos reaparecer esses velhos mitos de herança mórbida como marco explicativo privilegiado, permanecendo inalterado o sonho determinista de achar explicações neurogenéticas precisas para cada comportamento, aflição e sofrimento.

Analisando os fatores envolvidos na origem e expressão da agressividade humana geradoras da violência urbana, Gláucia Silva propõe um debate entre a Biologia, utilizando artigo do geneticista Renato Flores (2002) e as Ciências Sociais, elegendo um artigo da socióloga Maria Cecília Minayo (2003) para discussão. Flores situa os determinantes últimos do fenômeno na dimensão evolutiva biológica, entendendo a violência como resposta adaptativa da espécie humana. Minayo enfatiza questões sociopolíticas contemporâneas, compreendendo a violência como sintoma, manifestação de algo que só pode ser estudado num contexto de casos específicos, revelando conflitos de autoridade, luta pelo poder, ou ainda,

domínio e aniquilamento do outro. A autora revela como as alegações biológicas contemporâneas sobre violência podem ser situadas nos questionamentos identificados pela dicotomia natureza/cultura, podendo até mesmo sofrer completa mudança na maneira de se pensar os limites entre natureza e cultura diante do surgimento da nova genética ou genômica.

Finalizando a primeira sessão, Luis David Castiel mostra de modo bastante esquemático a questão da longevidade sob o olhar biopolítico. Inicialmente, ele expõe as possibilidades de oferta da longevidade como uma mercadoria no âmbito dos produtos, serviços e tecnologias no campo da atenção curativa e preventiva à saúde. Em seguida menciona enunciados biológicos a respeito das teorias do envelhecimento e suas formas de lidar com este processo, detalhando cada teoria. A partir deste ponto embasado nas contribuições de “biopolítica”, inspirando-se na perspectiva de biopoder de Foucault (1979) e lançando mão das proposições de Nikolas Rose (2007), Castiel então propõe o conceito de “epidemiopoder” para indicar as concepções de “caminhos corretos” e “escolhas racionais” a partir de tecnologias e programas de intervenção no âmbito da governabilidade, prevalecendo nesse discurso à dimensão moral que pode chegar a uma rígida postura de valorizar o “fiel cidadão, epidemiologicamente ativo, que tem a tarefa de controlar sua vida, segundo atos de cálculos e escolhas racionais”. (p. 87)

Os artigos que compõem a segunda parte da obra tratam, da *Reprodução, molecularização e biopolítica da vida em si* e inicia com o texto de Rosely Gomes Costa sobre

Doação de sêmen e classificação étnico-racial no Brasil. Na pesquisa a autora entrevistou clientes/pacientes e médicos de clínicas públicas e privadas de reprodução assistida.¹ Pontua que as relações raciais são mais do que definição fenotípica ou de origem, as definições de cor e de “raça” dependem do lugar social ocupado em relação a contextos específicos referidos a classe, gênero, prestígio, proximidade/intimidade, e relativos a quem pergunta e quem responde. Na interface entre bioética e socioantropologia segue uma análise das tensões decorrentes da legislação no Brasil que reza a doação dos gametas como ação anônima ao casal que busca a reprodução assistida e ao mesmo tempo deseja conhecer as características do doador. No contexto, a equipe médica faz-se intermediária dos critérios de classificação racial exercendo um controle que parece se inserir em um panorama geral de vigilância sobre classificação racial, responsabilidade esta que fere princípios éticos básicos de autonomia, privacidade e o de igualdade. A autora ressalta: “[a]inda que seja um problema de difícil solução (ou por isso mesmo) ele deve ser apontado e levado em consideração nas discussões sobre ética na saúde reprodutiva”. (p.108)

Naara Luna aborda o debate público sobre o estatuto de fetos e embriões no que se refere ao uso de argumentos fundamentados em dados genéticos para descrever a condição desses entes e justificar, ou não, a possibilidade do uso desses embriões em pesquisa ou a antecipação do parto de anencéfalos. A pesquisa centra-se em dados coletados a partir de audiências públicas com especialistas, convocados para discutir um

“conceito operacional jurídico para a vida humana”. Na argumentação “quanto ao objeto do embrião extracorporal os expositores pró-vida atribuem a autonomia à sua constituição genética individual, ...” (p. 144-5) portanto indicando um estatuto pleno de pessoa humana a partir da fecundação, reforçando com estas técnicas a genitização do ser humano e das relações familiares, sendo “[a]ssim os genes seriam uma nova metáfora da natureza, corporificando a verdade essencial do ser humano, algo que sobredetermina sua vontade” (p.145) Na argumentação do Judiciário os embriões são considerados “substância humana em forma de congelamento” sem identidade de pessoa, “são algo, mas não alguém” com autonomia jurídica para consentir sobre o aproveitamento de suas células, e que sem a transferência para o útero, serão descartados no prazo de três anos, desperdiçando-se a oportunidade de garantir a estes embriões, pela pesquisa, o aproveitamento para a dignidade da vida. “A consciência como sede da humanidade é o argumento principal no debate sobre a antecipação do parto de anencéfalo.” (p.145) A autora conclui sustentando que a busca de marcos estruturais fixos para a condição de pessoa e a utilização da biologia como base para prescrições de ordem social, reitera o fato de que o valor da natureza como fundamento da condição humana é um aspecto característico da cosmologia ocidental moderna.

Marko Monteiro e Ricardo Vêncio introduzem o polêmico tema de como as práticas científicas vem produzindo “... o conceito de “molecularização” da vida e do corpo a partir de uma diversidade

de perspectivas.” (p. 151) Analisam via estudo de caso (biomarcadores moleculares para o câncer de próstata) questões mais gerais a respeito da forma pela qual o corpo biológico é “enquadrado” pela tecnologia e oportuniza possibilidades precoces de detectar e localizar tais patologias. As ações “induzem” alteração na experiência subjetiva do corpo e da doença, podendo até ser vista enquanto potencial, como um determinante inevitável. Os autores concluem oferecendo a idéia como um esboço teórico dessa virada ontológica incitando à necessidade de pensar-se para além da separação entre significados e matéria, não apenas por razões teóricas, mas principalmente pelo “fato de que “híbridos” e “ciborgues” são crescentemente parte de como interagimos com nosso mundo e entre nós.

Tecnologias Genéticas e Identidades Étnico-Raciais Emergentes é o título da terceira sessão de textos que inicia com o trabalho de Elena Calvo-González denominado *Usos Políticos da leucopenia e diferença racial no Brasil contemporâneo*. A autora apresenta dois estudos de casos que abordam a leucopenia (baixa contagem de leucócitos – células sanguíneas) no contexto da luta sindicalista e das discussões contemporâneas sobre o campo da chamada “saúde da população negra”, para analisar discursos sobre raça enquanto realidade social ou biológica e como estes discursos mobilizam verdades que, por sua vez são mobilizadas politicamente. A associação da leucopenia à condição do corpo negro mantém-se dentro da ambiguidade na hematologia levando a uso, até manipulador, no contexto de processos trabalhista em casos de trabalhadores expostos ao

benzeno, podendo ora ser considerada como “normal no corpo negro e ora “in-capacitante ao mesmo corpo” quando da contratação desses trabalhadores. Calvo-González se remete a qualidade híbrida do conceito de raça, dialogando com a literatura contemporânea sobre raça e saúde e ressaltando a dificuldade em se separar a raça social de raça biológica, concluindo que o uso do termo implica, necessariamente, que ambos os âmbitos são mobilizados de forma consciente ou inconsciente e terminam impactando o cotidiano do cidadão.

A partir de uma etnografia feita nos Andes Bolivianos entre o povo indígena *Uru*, enfocando as políticas conceituais travadas em torno da identidade dos *Uru*, o artigo de Michael Kent busca dar um melhor entendimento das condições sociais que possam levar à aceitação ou rejeição de pesquisa genética por parte desses coletivos em relação aos debates sobre identidade étnica diferenciada. A análise dos dados revela a relação da genética com processos e registros sociais, alcançando os processos políticos nos quais estão imersos. No caso específico a análise genética não oferece afirmação positiva de identidade diferenciada, mas responde à contestação social, sendo interpretada dentro de valores do campo das políticas conceituais entre repertórios biológicos e sociais. O artigo se encerra com uma discussão preliminar das consequências sociais da incorporação do conhecimento genético no debate sobre a identidade dos *Uru*.

Gaspar Neto, Santos e Kent exploram, no artigo seguinte da sessão, a partir de uma perspectiva antropológica com-

parativa, os perfis de três empresas que comercializam testes de ancestralidade genética, sendo duas nos E.U.A e uma no Brasil, afim de avaliar o que as aproxima ou distancia no trato concedido ao potencial revelador dos testes realidades. No caso das empresas americanas, ambas oferecem metodologia que busca uma descendência direta a partir do mais distante ancestral de um indivíduo, através do pai e da mãe. No Brasil, o laboratório revela a miscigenação, oferecendo testes voltados ao perfil genético de brasileiros e os dados analisados dizem respeito a composição genética de nove personalidades negras (Milton Nascimento, Djavan, Seu Jorge, Neguinho da Beija-Flor, Sandra de Sá, Daiane dos Santos, Obina, Ildi Silva e Frei David) e seus depoimentos diante dos resultados. O que primeiro se concluiu no estudo é que populações e identidades significativamente diferentes podem emergir a partir de pesquisas genéticas com o mesmo conjunto de amostras, a depender das tecnologias empregadas e das partes do DNA que são focadas, bem como do tipo de marcadores que são utilizados. E quanto à receptividade ou não dos resultados por parte dos sujeitos, a interpretação esta ligada as experiências individuais específicas construídas em torno dos testes de ancestralidade genética e são parcialmente moldadas pelas expectativas e desejos preexistentes do usuário. Os autores enfatizam que a interpretação dos resultados de um teste de ancestralidade genética pode interferir em dimensões que vão além do senso de identidade e “criação” pessoas e personalidades ou núcleos familiares ancorados em uma pretensa ancestralidade comum, destacando os complexos processos de

ordem social e política envolvidos no que poderíamos chamar de “etnogeneses” de identidades coletivas.

A obra indica que o tema das “identidades emergentes” no campo da genética e da saúde trazem novos problemas à construção social de identidades no debate em contraponto com as questões de “natureza biológica” hoje modificada pelo avanço científicos, mas para além do inscrito nos diversos artigos, há o enfrentamento a questão ética que envolve o uso político das “identidades emergentes”, assinalando que a polêmicas terá novos desdobramentos, os quais não podem ser resolvidos nem judicialmente, pois as autoridades também não estão em consenso. E talvez, não devam estar, pois as mesmo “identidades emergentes” são cunhadas na forja das relações sociais.

NOTA

¹ A autora utiliza as conceituações de Correa & Loyola (1999) que dizem respeito a procedimentos relativos à inseminação artificial, fertilização *in vitro*, congelamento de sêmen e embriões, doação de material reprodutivo, seleção sexual e diagnóstico pré-implantarório, pesquisas com células e embriões humanos e clonagem.

REFERÊNCIAS

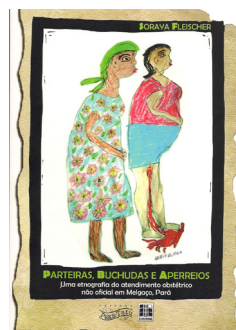
Flores, R. Z. 2002. A biologia na violência. *Ciência e Saúde Coletiva*, 7: 197-202.

Foucault, M. 1979. O nascimento da medicina social, in *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Minayo, M. C. 2003. A violência dramatiza causas, in *Violência sob o olhar da saúde: a in-*

frapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Rose, N. 2007. *The politics of life itself: biomedicine, power and subjectivity in the twenty-first century*. Princeton: Princeton University Press.



NAS TEIAS DA VIDA: SABERES, SOCIABILIDADES E PODERES DE MULHERES PARTEIRAS EM MELGAÇO

Parteiras, buchudas e aperreios: Uma etnografia do cuidado obstétrico não oficial em Melgaço, Pará, de Soraya Fleischer. Belém: Paka-Tatu; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011. ISBN 978-85-7803-090-2.

Jerônimo da Silva e Silva

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, PPGA/UFPA.

Pensar as práticas sociais de determinada localidade buscando apreender a fluidez com que os sujeitos conformam processos de identificação é o ponto de partida que Soraya Fleischer anuncia na etnografia feita a partir de histórias de vida, saberes, representações e cotidiano do “cuidado obstétrico não oficial” de mulheres na cidade de Melgaço, Pará. Resultado da tese de doutorado em Antropologia So-

cial, defendida no ano de 2007 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a autora sedimenta os argumentos no período de dois anos (2004/2005) em que realizou tanto pesquisa etnográfica junto às parteiras, gestantes e populares em geral, como pesquisas documentais em cartórios, fóruns, órgãos de saúde e organizações não governamentais. Seu intento foi compreender, de um lado, a constituição do saber dessas mulheres, denominadas circunstancialmente de parteiras e, de outro, o diálogo travado junto ao saber médico oficial e a “agenda política” de movimentos sociais, alinhados ou não ao poder público, tendo o mérito de não se deixar seduzir pela posição dicotômica, por vezes mui generalizada, em trabalhos acadêmicos.

O convívio diário e a descrição do modo de vida local das parteiras, ajustadas ao trato etnográfico pormenorizado e cuidadoso, evitou, nesse sentido, apresentá-las como mulheres “exóticas” ou “naturalizadas”, congeladas em um tempo histórico perene e generalizante. As parteiras de Melgaço visibilizadas na escrita de Soraya Fleischer não constituem um todo orgânico, monolítico, nem tampouco são caracterizadas como representantes de um saber tradicional em oposição à lógica do avanço da modernidade. Ao perceber mediações, conflitos, fluxos de saberes e práticas que perpassavam o cotidiano das mulheres, terminou por desvelar diferentes concepções de saúde, parto, reprodução e poder.

Apesar de não ter o objetivo de transformar o estudo do cotidiano e das representações das parteiras em Melgaço num exercício comparativo, a autora, em

determinado momento, recorre à experiência etnográfica presente em literatura antropológica nacional, latino americana e estadunidense, não para criar padrões, mas, creio eu, para apontar singularidades e oferecer ao leitor possíveis outros entendimentos desse “saber/fazer” em outros tempos/locais históricos. Igualmente, concilia os avanços de etnografias recentes com o legado de títulos, considerados como clássicos, sugerindo, no decorrer dos capítulos, a “fusão de horizontes”, entremeando a pesquisa de campo e a bagagem intelectual do pesquisador (Cardoso de Oliveira 2003).

Em *Buchudas, parteiras e aperreios* o parto emerge como mais um componente da dinâmica e da atuação das mulheres que manuseiam o saber obstétrico. Ou seja, os sentidos dados ao “parto domiciliar” e “parto hospitalar” ou mesmo a transitoriedade de requerentes e parteiras nesses espaços, questões sócio-econômicas aliadas a interditos e interpretações religiosas, fazem emergir aspectos, que, se entendidos dialogicamente, descortinam novos caminhos da temática em destaque. No curso da pesquisa, a autora adquire consciência de que, apesar de necessária em dado momento, a sistematização e análise quantitativa da presença de parteiras em Melgaço (22 parteiras) estava repleta de lacunas, impossibilitando a compreensão densa do cotidiano local. Os meandros da pesquisa de campo foram estabelecidos a partir do momento em que manteve contato com D. Dorca, sua anfitriã durante todo período de pesquisa e principal interlocutora junto à maioria das parteiras, famílias locais e demais sujeitos.

A predileção inicial pela história de vida

de D. Dorca, segundo Soraya Fleischer, não foi uma tentativa de tornar essa mulher um símbolo-síntese de outras parteiras, nem tampouco uma forma de compreender a realidade do saber obstétrico melgacense sob um único olhar, tornando-a um estudo de caso. Na verdade, compreendeu que as narrativas e memórias de D. Dorca, apesar de centrais, são desafiadas e entrelaçadas aos corpos, vínculos e vozes de parteiras que emergiram ante a elaboração do olhar e devida inserção da pesquisadora no campo (Crapanzano 1986). Desse modo, as ruas de Melgaço, ramais, areais e as trilhas aquáticas percorridas por D. Dorca mediavam conexões, contatos com D. Benedita, D. Jita, D. Jandira, Joana, D. Luzia, D. Maria Silva, D. Santana, Neném, Sabá, Zuleide, D. Zezinha e algumas outras parteiras. É da percepção das múltiplas vozes e práticas que visibilizamos estratégias, alianças e conflitos que brotam e complexificam não apenas a realidade estudada, mas também descarna a instabilidade necessária da própria escrita acadêmica.

A disposição das casas e ruas da cidade, o fluxo e a descrição das principais atividades econômicas, os conflitos familiares, relações de parentesco, manifestações religiosas, festas de aparelhagens, cenários propícios a encontros sensuais e saídas noturnas transpareceram no primeiro capítulo associados a comentários que, versando “sobre os que haviam chegado muito tarde em casa, quem havia dormido com quem, que menstruação não havia descido etc.” (p. 65), estavam indissociados do ofício das parteiras locais. Soraya Fleischer apresenta a cena etnográfica desse cotidiano, problematizando não

apenas a sua chegada ao local, repleta de incertezas e frustrações, mas indicando o esforço constante em pensar como as representações dos moradores atravessavam as demandas da pesquisa de campo. Assim como os populares marajoaras, a pesquisadora negociou em diversos momentos os papéis sociais atribuídos a ela. A imagem de *ajudante* de D. Dorca era um deles, evidenciada durante boa parte da confecção da tese. A atribuição de *ajudante* construída pela parteira permitiu não apenas que acompanhasse o “corpo a corpo” das puxações e partos *in loco*, mas, sobretudo, ser apresentada a outras parteiras.

A partir dessas incursões iniciais, a autora analisa, no segundo capítulo, de que maneira o ato de partejar extrapolava o ato obstétrico do parto e adquiria contornos sociais que se estendiam por diversos meses. O argumento da autora era sustentado na percepção de que as massagens abdominais realizadas na barriga das grávidas (com óleo, azeite, ervas pisadas, álcool etc.) ou em outras partes do corpo, em alguns casos, iniciavam antes da gestação e terminavam semanas depois. Eram exercidas, ainda, em casos de aborto, voluntário ou não. Dessa forma, a *puxação*, além de complexificar o conceito de saúde e gestação, estabelecia a possibilidade de diálogo entre parteiras e gestantes, tratava-se do momento destinado ao ouvir e sentir o desenvolvimento do feto, isto é, um momento crucial para estabelecer vínculos sociais e afetivos no interior das famílias, bem como propor diagnósticos e recomendações, em particular no caso de desavenças entre parentes, violência conjugal, desemprego e outros. De igual

modo, rezadeiras, benzedadeiras e puxadores utilizavam-se das massagens em pessoas com distorções musculares, ossos e danos nos ligamentos.

Finalmente, a autora analisa a *puxação* como elemento basilar do trato obstétrico não oficial que encontra forte resistência das autoridades sanitárias. Se, na perspectiva das parteiras, a *puxação* diminui os riscos de cirurgia cesariana, de partos de risco, isto é, bebê de pé, de bunda e outros, por outro, os médicos e agentes públicos de saúde responsabilizam as *puxações* pela quantidade de crianças nascidas laçadas. Através do convívio com experiências de parto na cidade e no interior, a pesquisadora descreve que em situações precárias de distância física, em relação ao posto de saúde, ausência de materiais e medicamentos e a falta de habilidade de médicos e enfermeiros para lidar com situações de risco faziam com que a possibilidade da criança nascer laçada era, dos males, o menor, em oposição a “quadros clínicos mais graves”. O que não anulava os riscos de tal procedimento.

Outro ponto salutar evidenciado na etnografia é a forma como se dá a relação de reciprocidade, orbitando entre pagamento em espécie, produtos ou serviços junto às parteiras, consolidando, através das contribuições de Mauss (1974), a articulação de laços sociais em locais de pesca, por exemplo, nas margens dos rios, meios de transporte, favores em repartição pública e outros. Aberto sob o título central *Do chamado ao contrato*, o terceiro capítulo descreve o processo de mudança vivenciado pelas parteiras que nasciam ou migravam do interior para a cidade, e que com isso passaram dinamizar suas

práticas enquanto oferta de *trabalho* e estabeleciam constantemente um *contrato* na forma de tabelas de *serviços* junto às famílias requerentes. Fleischer, nesse sentido, posiciona-se evitando, por um lado, a visão sagrada que, ao romantizar um destino ou vocação espiritual a essas mulheres, atribui-lhes visão desinteressada no trato das condições de vida. Por outro, um tipo de paternalismo que imuniza, como que perdoando a inserção desses sujeitos na “lógica” do capital, concebido conceitualmente via a lógica dos *mundos hostis*, criticados largamente na escrita de Zelizer (2005). Como alternativa, a autora compreende que a etnografia em questão faz avançar novos termos da reciprocidade local, pois ao envolver interação entre parteiras, parturientes e familiares, o lugar de autoridade ocupado heterogeneamente pelas parteiras e a presença estratégica nos cursos de orientação, trazem à tona mediações e/ou reciprocidades que passam indistintamente valores morais e econômicos a um só tempo.

A iniciação da parteira emerge nessa obra não apenas como uma forma de compreender narrativas orais que fundam uma identidade específica no interior da dinâmica social, mas, em determinadas situações, influencia o lugar de autoridade junto às suas “iguais” e a aceitação de famílias requerentes no momento de optar por qual parteira recorrer no momento do “aperreio”. Emerge na etnografia dezenas de relatos associados a choro no ventre materno, aprendizado por sonho, dom ou sina de Deus, Santos ou Encantados, herança de linhagem materna ou mesmo pelo processo de simples aprendizado. Apesar das narrativas

guardarem especificidades na aquisição e desenvolvimento desse saber obstétrico, a autora destaca com propriedade que diversas interlocutoras dispunham de outras narrativas que dessem conta da iniciação, e que o leque explicativo poderia ser ampliado de acordo com o interesse e objetivo a ser alcançado no diálogo em questão.

No capítulo quatro, nomeado de *Parto para a casa* ou *parto para o hospital*, a autora considera diversas percepções de risco e *aperreio* de parturientes e familiares, especificamente quando as pessoas precisavam definir como, onde e por quem o parto deveria ser feito. A presença de crianças nascidas no posto de saúde nos anos de 2005 e 2006, época da pesquisa, era relativamente reduzida em proporção àquelas nascidas em partos domiciliares. O levantamento documental permitiu a Fleischer problematizar, em vários momentos, empecilhos estruturais (distância física), preconceitos (vergonha de ir ao posto com roupas consideradas sujas e velhas) e medos/representações negativas reproduzidas (quantidade de vacinas dolorosas, toques do dedo repetitivo e vergonha pela ausência de familiares) que faziam do atendimento público um ambiente que, na maioria dos casos era requisitado em última circunstância, apesar da autora ter presenciado inúmeras parteiras recomendarem às parturientes a realização de pré-natal e o cumprimento das recomendações sanitárias. A autora, no entanto, não sustenta a ideia da oposição entre esses espaços; pelo contrário, acompanhando os partos de Josiane, Beatriz, Nara e Acácia, a antropóloga desvela que muitos partos transcorriam

no ambiente hospitalar em municípios limítrofes ou eram encaminhados pelas mãos da parteira ao local (quando esta não fazia o parto). Outros, por sua vez, ocorriam integralmente sob o cuidado da parteira, ou a família encaminhava do hospital para o local de “parto domiciliar”. O capital financeiro e simbólico, a relação da parturiente nas redes de solidariedade e reciprocidade, muitas vezes, denotavam que o local do parto representava o lugar social e condição hierárquica ocupada pela família da parturiente nessa população marajoara. Assim, a busca de assistência médico-hospitalar em Belém e Portel, por exemplo, contrastavam com a ida ao posto de saúde, para muitos um local destinado a pessoas amplamente desassistidas.

No último capítulo há um esforço da autora em compreender as relações de legitimidade e poder entre as parteiras locais. Entretanto, além de motivações pessoais que orquestram essas rivalidades, constata-se que a presença de ONGs e instituições governamentais possibilitam em suas próprias ações – cursos, oficinas e entrega de materiais e medicamentos – a conformação de outras representações que escapam da sistemática e logística esperada por esses órgãos. Apesar da maioria das parteiras participar das reuniões da *Associação das Parteiras Tradicionais de Melgaço*, há entre essas mulheres formas de classificação e hierarquização no sentido de definir o que é ser “parteira”.

Transpassada por essa questão, muitos relatos de parteiras indicaram um quadro considerado circunstancial por Fleischer, mas que possibilitaria alguns marcadores hierárquicos: a definição de *parteiras jo-*

venzinhas, antigas e aposentadas, na verdade, formava uma rede de identificação criada por muitas parteiras com interesses que poderiam ser específicos ou marcados por alianças contextuais. Se, por um lado, as *jovenzinhas* eram aquelas que tinham por volta de 40 anos, faziam pouquíssimos partos e ainda necessitavam de conquistar a consideração das famílias locais, por outro, as *antigas*, tal como Dona Tapuia e Dona Dorca, gozavam de idade avançada, respeito e eram requisitadas diariamente em *puxações* e partos. Segundo Dona Dorca, as primeiras não deveriam ser consideradas parteiras, se levarmos em conta a pouca experiência com a prática obstetrícia. Em situação diametralmente oposta, as *aposentadas*, como Dona Bené e Dona Chiquita, apesar de se aposentarem e/ou terem sido aposentadas não prescindiam de um lugar de destaque junto à memória local, posição que lhes garante respeito.

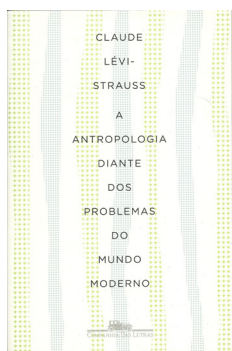
A teia de acordos e conflitos é amplificada na importância que muitas dessas mulheres associavam à participação e integração efetiva na associação de grupos governamentais ou não. O porte de camisas, bolsas e instrumentos diversos recebidos marcavam diferenças e canalizavam autoridade entre parteiras associadas e não associadas. A compreensão da ação e efeitos dos cursos e políticas públicas sob a ótica e interpretação local das detentoras do saber obstetrício não oficial representa para Soraya Fleischer uma alternativa para se pensar a eficácia e as diversas formas de intervenção do Estado.

Conforme ressaltado pela autora, os inúmeros conflitos e relações de poder tangi-

veis apresentados na obra compreendem o ato de partejar tanto como forma de solidariedade, onde duas ou três parteiras entrelaçam saberes e ofícios em um único parto, como na elaboração de um discurso de autoridade e superioridade reivindicado pelas parturientes em narrativas que sucedem o nascimento da criança. O fato abre o leque para pensarmos essas mulheres no interior de uma dinâmica que, se por um momento questiona a suposta unidade das parteiras de Melgaço, por outro fragiliza ainda mais a busca por uma definição específica do que é ser parteira na Amazônia e no Arquipélago do Marajó.

REFERÊNCIAS

- Cardoso de Oliveira, R. 2003. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Crapanzano, V. 1986. Hermes' Dilemma: the masking of subversion in ethnographic description, in *Writing Culture. The poetics and politics of ethnography*. Editado por J. Clifford e G. E. Marcus, pp. 51-76. California: University of California Press.
- Mauss, M. 1974 [1923-24]. Ensaio sobre a dívida. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas, in *Sociologia e Antropologia*. M. Mauss, pp. 37-184. São Paulo: EPU.
- Zelizer, V. 2005. Circuits within capitalism, in *The economic sociology of capitalism*. Organizado por V. Nee e R. Swedberg, pp. 289-322. Princeton: Princeton University Press.



A ANTROPOLOGIA DIANTE DOS PROBLEMAS DO MUNDO MODERNO, de Claude Lévi-Strauss. São Paulo: Schwarcz, 2012. ISBN 978-85-359-2140-3

Mônica do Corral Vieira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, PPGA/UFPA, bolsista CAPES.

Na quarta viagem ao Japão feita por Claude Lévi-Strauss, o autor profere três conferências em Tóquio com o tema deste livro, *A antropologia diante dos problemas do mundo moderno*. Ele retorna a seus escritos para reler este ou aquele texto que o tornaram célebre, retomando temas da sociedade que sempre o inquietaram, principalmente no que tange a laços entre “raça”, cultura e história, ou ainda, pode-se perceber estes temas como novas formas de humanismo num mundo em plena transformação. Lévi-Strauss destaca que a cultura japonesa o instigou a (re)pensar a antropologia e seus meios e percebe “a importância da antropologia como novo ‘humanismo democrático’” (p. 7); ele fala sobre examinar os problemas de uma sociedade que se tornou mundial e interroga as práticas econômicas, as questões ligadas à procriação

artificial, aos laços entre pensamento científico e mítico, bem como revela suas inquietações relativas às afinidades entre as diversas formas de “explosão ideológica” e o futuro dos integristas.

Sabe-se que a obra de Lévi-Strauss é, hoje, um laboratório de pensamento aberto para o futuro e este livro vem a ser uma introdução à inteligência sensível deste grande autor. O livro inicia-se explorando a antropologia como disciplina que encara os problemas com os quais confronta a humanidade de hoje sem pretender resolvê-los sozinha, mas na esperança de melhor compreendê-los, sabendo que é necessário ter vários campos do conhecimento dialogando entre si para compreender mais ainda acerca do homem e suas formas de viver. A preocupação é propor que as singularidades e estranhezas observadas junto aos grupos estudados se ordenavam entre si de modo muito mais coerente que os fenômenos considerados como os únicos importantes para fixar atenção. Observa que a divisão do trabalho entre os sexos, as regras de residência, as regras de filiação e do casamento, as proibições alimentares, as relações humanas e o modelo do parentesco são as primeiras formas observadas para distinguir as sociedades umas das outras e dar a cada uma seu lugar numa tipologia.

Trecho interessante do livro é o que busca definir o que é a antropologia e o que faz sua originalidade. Dentre as ambições da antropologia está a de: (1) atingir a *objetividade*, não se contentando com um tipo de objetividade que a eleva acima dos valores próprios à sociedade ou ao meio social do observador, mas de seus métodos de pensamento, alcan-

çando formulações válidas não só para um observador honesto e objetivo, e sim para todos os observadores possíveis, portanto o antropólogo não faz apenas calar seus sentimentos, ele molda novas categorias mentais, contribui para introduzir noções de espaço e de tempo, de oposição e de contradição tão estranhas a seu pensamento tradicional como as que se encontram hoje em certos ramos das ciências físicas e naturais; a segunda ambição (2) é a de atingir a *totalidade*, onde o antropólogo procura a forma comum, as propriedades invariantes que se manifestam por trás dos mais diversos gêneros de vidas sociais, inclusive considerando os fatos considerados “menores”; e a terceira ambição (3) é a de se empenhar em detectar e isolar *níveis de autenticidade*, mostrando por exemplo, que 50 mil pessoas não constituem uma sociedade da mesma maneira que 500 pessoas, porque no primeiro caso a comunicação se estabelece principalmente a partir da complexidade dos “códigos” e dos “retransmissores” e não mais entre as pessoas ou a partir do modelo das comunicações interpessoais (talvez por isso um antropólogo se sinta à vontade numa aldeia de 500 habitantes, ao passo que uma cidade grande ou mesmo média lhe resiste).

Lévi-Strauss destaca o olhar distanciado, ou *Le Regard éloigné* (p. 29), no qual explicita que a questão antropológica consiste em olhar muito longe para culturas muito diferentes daquela do observador, mas também consiste que o observador olhe para a sua própria cultura de longe, como se ele mesmo pertencesse a uma cultura diferente. Neste sentido, o autor afirma que uma contribuição da antropologia

(mesmo sendo uma contribuição modesta) é a de nos fazer perceber que, no final das contas, seu benefício essencial é nos inspirar certa humildade e sabedoria, uma vez que os antropólogos estão aí para testemunhar que a maneira como vivemos e os valores em que acreditamos, não são os únicos possíveis; que outros gêneros de vida, outros sistemas de valores permitiram, e permitem ainda, a comunidades humanas encontrarem a felicidade em suas formas muito específicas e peculiares de viver. Portanto, ocorre um diálogo constante no sentido de mostrar que a antropologia nos convida a respeitar estes outros modos de viver, a nos recolocar em questão pelo conhecimento de outros usos que nos surpreendem, nos chocam ou repugnam. Nessa perspectiva, a pesquisa evidencia que, de modo mais geral, pode-se dizer que laços de parentesco e casamento observados nas sociedades constituem uma linguagem comum própria a expressar todas as relações sociais, sejam elas econômicas, políticas, religiosas, entre outras, e não apenas relações familiares.

O antropólogo convida cada sociedade a não acreditar que suas instituições, seus costumes e suas crenças são os únicos possíveis, sem falar que as sociedades estudadas pelos antropólogos ministram lições ainda mais dignas de ser ouvidas na medida em que, por todas as espécies de regras, elas souberam estabelecer entre o homem e o meio natural um equilíbrio que não sabemos mais garantir.

Outro aspecto notório está relacionado ao fato de que, no entendimento do autor, a antropologia nos ensina que cada costume, cada crença – por mais chocan-

tes ou irracionais que possam nos parecer quando os comparamos com os nossos costumes e crenças – fazem parte de um sistema cujo equilíbrio interno se estabeleceu ao longo de séculos, e que, desse conjunto, não se pode retirar um elemento sequer sem correr o risco de destruir todo o conjunto.

A discussão é adensada na medida em que Lévi-Strauss trata das novas técnicas de procriação assistida – possibilitadas pelo progresso da biologia – que puseram em desordem o pensamento contemporâneo. Ele questiona até que ponto e em que limites é possível transgredir as regras biológicas naturais e questiona também como definir, então, a relação entre o parentesco biológico e a filiação social que agora se tornam distintas. Mais que isto, ele se pergunta quais serão as consequências morais e sociais da dissociação da sexualidade e da procriação, se deve-se ou não reconhecer o direito do indivíduo de procriar “sozinho” e se uma criança tem o direito de aceder às informações essenciais relativas à origem étnica e à saúde genética de seu procriador, questões estas bastante interessantes e instigantes para o tempo em que vivemos. Neste grande debate que atualmente se desenrola a respeito da procriação assistida, a contribuição que podemos esperar das pesquisas antropológicas é a de nos livrar de nossas viseiras preconceituosas e compreendermos como e por que outras sociedades podem considerar simples e óbvios costumes que nos parecem inconcebíveis e/ou escandalosos (um homem pode ter várias mulheres legítimas; ou um homem casado cuja mulher é estéril pode se entender, mediante pagamento,

com uma mulher fecunda; ou um homem pode casar-se simultaneamente ou em sucessão com várias irmãs, etc.), assim como também sugere quadros que desenvolverão evoluções ainda incertas, mas que estaríamos errados em denunciar de antemão como sendo desvios ou perversões.

No tema seguinte, Lévi-Strauss discorre a respeito da atividade econômica e defende que não há um modelo, e sim vários. Ele afirma que os modos de produção estudados pelos antropólogos, como colheita e apanhadura, caça e colheita, horticultura, agricultura, artesanato, entre outros, representam outros tantos tipos diferentes e que não é possível ordenar estas formas de atividade econômica numa escala comum, afinal elas representam escolhas entre soluções possíveis, cada uma apresentando suas vantagens e desvantagens. Para isto, de acordo com cada decisão tomada e com a forma de atividade escolhida, deve-se ter em mente que há um preço a se pagar. O que a antropologia lembra a qualquer economista, se acaso ele o esquecesse, é que “o homem não é pura e simplesmente incitado a produzir sempre mais, ele também procura no trabalho satisfazer aspirações que estão arraigadas em sua natureza profunda” (p. 62), assim podendo realizar-se como indivíduo, imprimir sua marca na matéria, dar uma expressão objetiva à sua subjetividade por meio de suas obras. É por estes aspectos que o exemplo das sociedades chamadas primitivas pode nos instruir, tendo em vista que elas se baseiam em princípios que tem como efeito converter o volume das riquezas produzidas em valores morais e sociais, ou seja,

prezando pela realização pessoal num trabalho, pela estima dos parentes e vizinhos, pelo prestígio moral e social, bem como pelo acordo bem-feito entre o homem e os mundos natural e sobrenatural.

Quando o autor adentra o tema dos mitos, ele diz “o que os mitos fazem pelas sociedades sem escrita – legitimar uma ordem social e uma concepção do mundo, explicar o que as coisas são pelo que elas foram, encontrar a justificativa de seu estado presente num estado passado e conceber o futuro em função, a um só tempo, desse presente e desse passado – esse é também o papel que nossas civilizações conferem à história” (p. 66) com a diferença de que cada mito parece contar uma história diferente, no entanto é a mesma história, cujos episódios são dispostos de modo diferente; já a História, acreditamos que há uma só, quando na realidade cada partido, cada meio social, cada indivíduo conta uma história diferente e a utiliza para dar a si mesmo razões de esperar que o futuro seja diferente do presente da mesma maneira que o próprio presente diferiu do passado. A antropologia, portanto, nos faz compreender que o passado de nossa própria sociedade, e de sociedades diferentes da nossa, não tem apenas uma significação possível, pois não há interpretação absoluta do passado histórico, mas sim interpretações que são, todas, relativas.

No último tema abordado, Lévi-Strauss afirma que o número de culturas ultrapassa o número de raças e que os patrimônios culturais evoluem muito mais depressa que os patrimônios genéticos. A evolução humana não é nem completamente distinta da evolução biológica,

nem um subproduto da evolução biológica, o que os biólogos e antropólogos devem ter em conta é que seus estudos podem se ajudar mutuamente, com tanto que ambos também tenham consciência de suas respectivas limitações. O autor defende que para desenvolver “diferenças que permitam distinguir uma cultura de suas vizinhas, as condições são, grosso modo, idênticas às que favorecem as diferenças biológicas entre as populações” (p. 77), dentre elas o isolamento relativo durante um tempo prolongado, as trocas limitadas, sejam elas de ordem cultural ou genética, entre outras. Ou seja, salvo a ordem de grandeza, as barreiras culturais desempenham o mesmo papel que as barreiras genéticas.

Vale ainda destacar que, toda vez que somos levados a qualificar uma cultura de inerte ou estacionária devemos nos perguntar se esse imobilismo aparente não vem da ignorância que nos encontramos em relação aos interesses verdadeiros desta determinada cultura, e se, com critérios diferentes dos nossos, esta cultura não é vítima da mesma ilusão a nosso respeito, sendo assim, nós (e não eles) os indivíduos inertes ou estacionários, simplesmente pelo fato de que não oferecemos nenhum interesse para esta cultura, já que em nada nos parecemos. O que faz a originalidade de cada cultura reside mais no seu modo particular de resolver problemas, de por em perspectiva valores que são, grosso modo, os mesmos para todos os homens, mas sua dosagem nunca é exatamente a mesma para cada cultura, e a antropologia se interessa em compreender as razões secretas dessas escolhas, mais do que em fazer inventá-

rios de fatos separados. Por sua vez, os antropólogos se proíbem de formular julgamentos sobre o valor comparado da cultura de uns e de outros, tendo em mente que cada cultura é impotente para fazer julgamentos sobre outra cultura, já que ela (a cultura) não pode se evadir de si mesma e, portanto, sua apreciação permanece prisioneira de um relativismo contra o qual não há recurso.

Ao ler “A Antropologia diante dos problemas do mundo moderno”, o leitor será levado a refletir a respeito não só dos estudos de Lévi-Strauss, mas a refletir sobre o homem, a humanidade e para onde nosso mundo caminha, podendo assim compreender melhor o fim da supremacia cultural do Ocidente, saber mais acerca da sexualidade, do desenvolvimento econômico, do pensamento mítico, bem como aprofundar ideias no que tange à relação entre reconhecimento da diversidade cultural e o que outras culturas podem nos ensinar. Os valores morais são estudados em consonância com os valores científicos e, finalmente, as subjetividades envolvidas na vivência humana, tanto a singular quanto a plural (ou em sociedade), recebem a devida atenção e amplitude que merecem para serem melhor compreendidas.